

Subsídios da CAISAN para a discussão sobre “Políticas Públicas para Garantia da Alimentação Adequada e Saudável: O Guia Alimentar para a População Brasileira em Perspectiva Intersetorial” na XIX Plenária do CONSEA.

Brasília, maio de 2015.

1. Cenário da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

Nos últimos 10 anos, a proporção de pessoas subnutridas caiu de 10,7% em 2000-02 para menos de 5% em 2013 (FAO, 2014). Segundo este relatório, as medidas responsáveis pela redução da insegurança alimentar foram a criação de emprego e aumento real dos salários, programas de transferência de renda (Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada) e programas de fortalecimento da agricultura familiar por meio de crédito, seguro, assistência técnica e extensão rural e acesso ao mercado das compras públicas da agricultura familiar.

Hoje um dos principais desafios é favorecer que a **população brasileira tenha hábitos alimentares mais saudáveis e adequados**. Os dados da Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas realizada pelo Ministério da Saúde por Inquérito Telefônico (Vigitel) mostraram redução do consumo de refrigerante em 20% nos últimos 6 anos; manutenção do consumo regular de feijão (comida tradicional dos brasileiros) e aumento no consumo de frutas e hortaliças. No entanto, temos o desafio de diminuir o consumo de alimentos processados e ultraprocessados; alcançar a recomendação da Organização Mundial de Saúde no consumo de frutas e hortaliças e dar prioridade ao consumo de preparações feitas com alimentos *in natura* o minimamente processados, como o tradicional arroz com feijão.

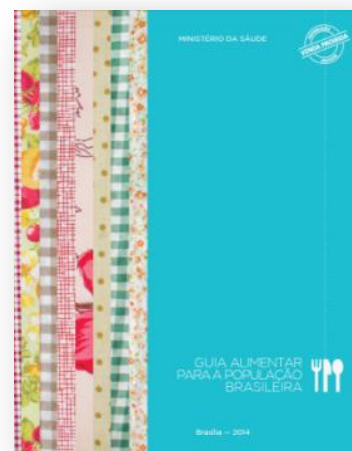
O padrão de consumo alimentar dos brasileiros contribui para um aumento expressivo do sobrepeso e obesidade em todas as faixas etárias. O Vigitel mostrou que o excesso de peso atinge 52,5% da população adulta do país e a obesidade 17,9% de pessoas com mais de 18 anos de idade. O excesso de peso atinge também as crianças: 1/3 delas já enfrenta o problema. O custo da obesidade para o Sistema único de Saúde em 2011 foi de quase meio bilhão de reais (Oliveira, 2013).

Além do excesso de peso ser um fator de risco para as doenças crônicas não transmissíveis como as do coração, hipertensão, diabetes e câncer, a alimentação inadequada também representa um importante fator de risco. As doenças crônicas são responsáveis por 72% das causas de morte no Brasil (Lancet, 2008).

2. O Guia alimentar para a população brasileira em perspectiva intersetorial

A alimentação e nutrição constituem-se em requisitos básicos para promoção e a proteção da saúde. O Guia Alimentar para população brasileira, documento oficial lançado em novembro de 2014 pelo Ministério da Saúde (revisão da versão de 2006), se constitui em uma das estratégias para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS), visando apoiar e incentivar práticas alimentares saudáveis no âmbito individual e coletivo, bem como subsidiar políticas, programas e ações que promovam a saúde e a segurança alimentar e nutricional da população. Reúne um conjunto de informações orientadoras para que pessoas, famílias e comunidades ampliem a autonomia para fazer escolhas alimentares e para que exijam o cumprimento do direito humano à alimentação adequada e saudável.

Os princípios que fundamentam as recomendações do Guia justificam a abordagem em relação à alimentação e saúde, levando em conta nutrientes, alimentos,



combinações de alimentos, refeições e dimensões culturais e sociais das práticas alimentares e ainda a interdependência entre a alimentação adequada e saudável e sustentabilidade do sistema alimentar. O Guia aborda também possíveis obstáculos para colocar em prática suas recomendações, como a informação, oferta, custo, habilidades culinárias, tempo e publicidade e reconhece que a superação dos mesmos depende de ações e mudanças individuais, a partir da reflexão sobre a alimentação em suas vidas e na sociedade, mas também de políticas públicas e ações regulatórias de Estado que tornem o ambiente mais favorável para a adoção das recomendações.

Nesta lógica, além do Guia ser um instrumento de Educação Alimentar e Nutricional é também um documento indutor de políticas públicas, para além do setor saúde. Está em sintonia com o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional abordando a qualidade da alimentação, por meio da oferta de alimentos mais saudáveis, diversificados e que respeitem a cultura alimentar local.

3. Políticas públicas para garantia da alimentação adequada e saudável na perspectiva do Guia alimentar para a população brasileira

3.1. No âmbito da Saúde:

Assim como a alimentação, a saúde também é um direito de todos e é dever do Estado garantir o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. A Atenção Básica é o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com a Rede de Atenção à Saúde e onde ocorre grande parte das ações de educação e promoção da saúde. Atualmente no país, são mais de 40 mil Unidades Básicas de Saúde que dão capilaridade às ações. Além disso, a Rede de Saúde conta com 4 mil Núcleos de Apoio à Saúde da Família que são compostos por equipes multiprofissionais e contribuem para qualificação das ações no território.

- **Campanha Nacional para a Promoção da Saúde - Da Saúde se Cuida Todos os Dias**, lançada



recentemente pelo Ministério da Saúde (MS), na qual um dos eixos é a promoção da alimentação saudável e o conteúdo do Guia é a base para elaboração dos materiais. A campanha durará todo o ano de 2015 abordando diferentes temas de promoção da saúde e terá como foco principal as redes sociais (site da campanha, facebook, twitter e outros) e também inserções na TV (programas de culinária com receitas regionais e informações sobre alimentação saudável) e rádio (spots de rádios) e conta com um site próprio no qual o conteúdo do Guia é

abordado semanalmente. Material disponível em: <http://promocaodasaude.saude.gov.br/>

- **Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil** - visa contribuir com a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância por meio de ações de promoção do aleitamento materno (AM) e da alimentação complementar saudável (AC) para crianças menores de dois anos e aprimorar as competências e habilidades dos profissionais de saúde como atividade de rotina das Unidades Básicas de Saúde (UBS). Desde o ano de 2013 até abril de 2015 foram realizadas 142 oficinas de formação de tutores, com total de 2.675 tutores formados e resultando em 1.022 unidades básicas de saúde com oficina de trabalho e 11.820 profissionais da atenção básica qualificados na temática de AM e AC. Em 2015, os estados e municípios

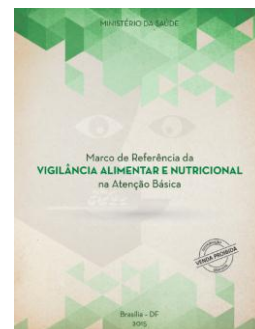


foram estimulados a priorizar unidades que atendem **população do campo, da floresta e das águas**.

- Por meio das **Oficinas de Promoção de Práticas Alimentares Saudáveis e de Atividade Física para Prevenção do Câncer** o Instituto Nacional de Câncer em articulação com os Estados promove a formação de profissionais da rede de Atenção Básica. A ação tem por finalidade qualificar as ações de prevenção de câncer incorporando as contribuições da alimentação saudável e prática de atividade física em consonância com o Guia Alimentar para População Brasileira. Onze Unidades da Federação já foram capacitadas. Para 2015 estão planejadas oficinas em mais cinco estados. Ainda em 2015 será lançada uma coletânea de experiências.
- Também na perspectiva de apoiar a divulgação do **Guia Alimentar e discussão das mensagens no âmbito da Escola**, o MS, em parceria com a UERJ, está desenvolvendo material de alimentação e nutrição para apoio dos profissionais da saúde e da educação do Programa Saúde Escola que incluem quatro cadernos/manuais e três vídeos.
- Para apoiar a difusão do **Guia nos Polos do Programa Academia da Saúde**, o MS, em parceria com a UFMG, desenvolveu um livro de receitas *“Na Cozinha com as Frutas, Legumes e Verduras”* e um instrutivo para apoiar a organização de ações de promoção da alimentação adequada e saudável.
- No início de 2015 foi lançada 2ª edição do livro **Alimentos Regionais Brasileiros** – o qual contribui para divulgar a variedade dos alimentos no país, orientar seu uso em preparações culinárias e resgatar, valorizar e fortalecer a cultura alimentar brasileira.
- Cabe destacar a integração da agenda de **promoção da alimentação adequada e saudável** às ações de saúde ofertadas de forma complementar à agenda de condicionalidades do **Programa Bolsa Família**. Esta ação se faz iminente frente a vulnerabilidade nas condições sociais, de saúde e nutrição das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em especial das crianças. A cada vigência (semestre) de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF), são acompanhadas cerca de 9 milhões de famílias, pouco mais de 5 milhões de crianças. Tal resultado demonstra amplo envolvimento das equipes e profissionais da atenção básica com a agenda de eliminação da pobreza no país.
- Com o objetivo de produzir evidências da ação de acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF sobre as condições de nutrição das crianças, foi produzido um estudo pelo Ministério da Saúde em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (**CadSISVAN**), onde foi avaliado o estado nutricional das crianças beneficiárias do PBF. Tal estudo comprovou que estar no grupo de mais de 4 anos de pertencimento **ao PBF diminui em mais de 50% as chances de desenvolver desnutrição crônica e quase 10% menor de estarem com excesso de peso** em relação aos indivíduos com até 1 ano no Programa.



- A **Vigilância Alimentar e Nutricional** possibilita a descrição contínua e a predição de tendências da alimentação e nutrição da população. É uma atitude primordial para avaliação, planejamento, organização e operacionalização dos serviços de saúde e para o desenvolvimento de políticas públicas. Frente à necessidade de ampliar e qualificar as ações de VAN e promover condições adequadas para o diagnóstico nutricional como parte do cuidado integral à saúde, em 2011, o MS instituiu **um incentivo financeiro para aquisição de equipamentos antropométricos** pelos municípios (Portaria nº 2.975, de 14 de dezembro de 2011). **Entre 2011 e 2014 foram contempladas 13.497 Unidades Básicas de Saúde e 224 polos do Programa Academia da Saúde, investimento correspondente a R\$ 40.036.955,00.**
- Para apoiar e qualificar a realização da VAN na Atenção Básica foram lançadas recentemente duas importantes publicações: “Marco de Referência da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Básica” e “Orientações para Avaliação de Marcadores de Consumo Alimentar na Atenção Básica”.



- Materiais do Ministério da Saúde estão sendo revisados para que haja alinhamento com as novas recomendações do Guia Alimentar, como por exemplo o **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos** e o **manual de promoção da alimentação adequada e saudável para a prevenção e controle das carências nutricionais específicas**, a partir da abordagem alimentar e da perspectiva da promoção da alimentação adequada e saudável.
- Algumas iniciativas para a disseminação das mensagens do Guia na rede de atenção à saúde: curso de Educação à distância (EAD) na RedeNutri; articulação com os núcleos de Telessaúde; inserção do Guia Alimentar no *tablet* dos profissionais participantes do programa “Mais Médicos”; e disponibilização de **materiais de apoio** para as referências estaduais de alimentação e nutrição, além do fomento do uso do Fundo de Alimentação e Nutrição pelos estados e municípios para reprodução do Guia. Também serão **elaborados materiais de apoio e estratégias de divulgação nas mídias e redes sociais disponíveis, dentre elas**: elaboração do Guia de bolso; elaboração de folder e vídeo com os dez passos para alimentação adequada e saudável, além de sua tradução para inglês e espanhol.

Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador – Exposição a agrotóxicos (Ministério da Saúde):

- O MS fortaleceu a implantação da **Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA)** em 26 Unidades da Federação (implantação no Amapá está em andamento), com o objetivo de organizar e estruturar **serviços de vigilância em saúde sensíveis à exposição da população a agrotóxicos**. A implementação da VSPEA consiste na qualificação e aprimoramento dos serviços de vigilância já implantados, pressupondo uma maior aproximação com a **assistência, ações de prevenção e promoção da saúde e articulação intersetorial para redução do uso de agrotóxicos** com base nas informações de agravos e notificações geradas nos serviços de saúde, dentre outras;
- Encontra-se em fase final de elaboração o **“Relatório de Balanço Nacional da Implantação da VSPEA”**. A publicação contará com dados sobre consumo de agrotóxicos nos estados, análises das notificações de intoxicações por agrotóxicos, tentativas de homicídio e suicídio utilizando **agrotóxicos e as ações** desenvolvidas por cada estado no enfrentamento da exposição da população, entre outras informações;

- Em resumo, houve aumento de 402% (do ano de 2011 para o ano de 2013) do número de municípios cujos serviços de vigilância em saúde realizaram análises de resíduos de agrotóxicos em água para consumo humano. Houve a publicação do Boletim Epidemiológico de Monitoramento de Agrotóxicos em Água para Consumo Humano referente ao ano de 2013 (publicação disponível no site do MS [Vigilância de A a Z](#)).

3.2. No âmbito da Alimentação Escolar

O **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** tem foco na valorização de uma alimentação adequada, tanto sob o aspecto **nutricional** quanto **socioambiental e cultural**, além de ser uma importante ferramenta para a **educação alimentar e nutricional**. Valoriza o preparo de refeições utilizando alimentos naturais, provenientes da **agricultura familiar**, que respeitem a diversidade de culturas alimentares do país e as necessidades alimentares específicas dos estudantes. O Guia Alimentar para a População Brasileira tem sido um dos documentos utilizados no estabelecimento de normas gerais e de orientações técnicas às Entidades Executoras do PNAE a fim de qualificar a alimentação ofertada aos escolares.

As diretrizes da alimentação escolar, expressas na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, estão alinhadas ao Guia, quais sejam: o direito universal à alimentação escolar; o emprego da alimentação saudável e adequada; a educação alimentar e nutricional; o controle social e o apoio ao desenvolvimento sustentável. A Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, já incorporava as recomendações da primeira edição do Guia e a sua atualização, a Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, por sua vez, dispõe sobre critérios técnicos que podem ser considerados alinhados à segunda edição.

A segunda edição do Guia tem levado a reflexões no sentido de pautar as recomendações do Programa cada vez menos em critérios nutricionais e mais em padrões alimentares. Durante o XXIII Congresso Brasileiro de Nutrição – CONBRAN 2014, inclusive, foi discutida a classificação de alimentos pelo nível de processamento com as nutricionistas da rede de alimentação.

Um importante avanço incorporado ao Programa por meio da Lei nº 11.947/2009 refere-se ao seu artigo 14, que determina que, no mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados a estados, municípios, Distrito Federal e escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do PNAE, devem ser utilizados na compra direta de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, priorizando-se a produção local, os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

A compra institucional articula gastos públicos com alimentação e fomento à agricultura familiar, na perspectiva da abertura de novos mercados institucionais de alimentos para a agricultura familiar. O caráter intersetorial das compras institucionais da agricultura familiar tem como objetivo estimular a produção diversificada, criando condições para o escoamento da produção com melhores preços e garantia de renda; fortalecer as organizações, redes de cooperação e comercialização da agricultura familiar e camponesa; e melhorar a alimentação escolar dos estudantes, enriquecendo o cardápio e propiciando melhores condições de aprendizagem, além de aproximar o produtor rural da escola.

O PNAE atendeu 42 milhões de alunos, envolvendo cerca de três milhões e oitocentos mil reais na aquisição de alimentos em 2014. Em 2013, o valor utilizado para a compra da agricultura familiar correspondeu a 546.577 milhões de reais, sendo que o repasse total do Programa equivaliu a 3.542 bilhões de reais, ou seja, o valor utilizado para a compra da agricultura familiar foi de 15% do total repassado.

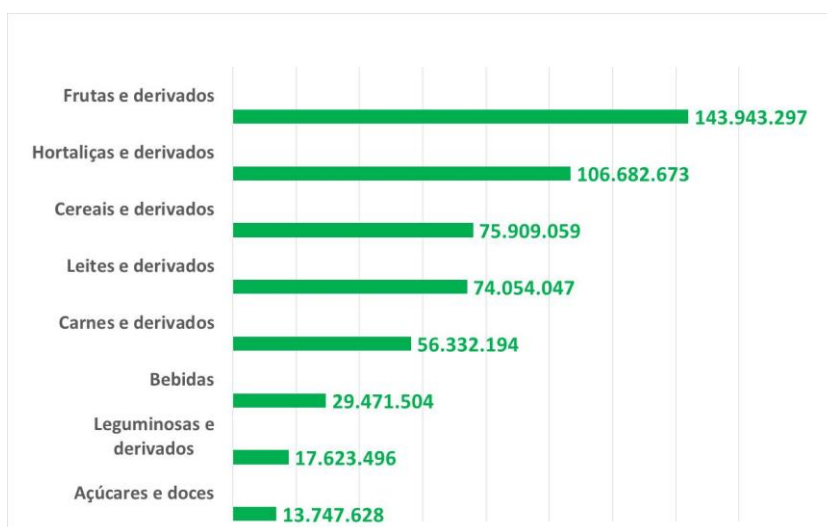
Evolução da Compra da Agricultura Familiar no âmbito do PNAE 2010-2013

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| E.E adquirindo da agricultura familiar e atendendo o percentual mínimo | 780 (15%) | 2485 (48%) | 2568 (50%) | 2776 (56%) |
| E.E adquirindo da agricultura familiar, mas não atendendo o percentual mínimo | 2110 (34%) | 1550 (30%) | 1592 (31%) | 1402 (28%) |
| Recursos Financeiros em aquisições da agricultura familiar | R\$ 148.571.523,34 | R\$ 233.475.172,10 | R\$ 362.978.321,30 | R\$ 546.577.582,61 |

Fonte: FNDE – Dados Preliminares

O quadro abaixo apresenta os dados da compra da AF pelo PNAE por tipo de produto. Observa-se que as maiores compras, em termos de valor, foram de frutas e derivados e hortaliças e derivados.

Compra da Agricultura Familiar pelo PNAE por tipo de produto - 2013



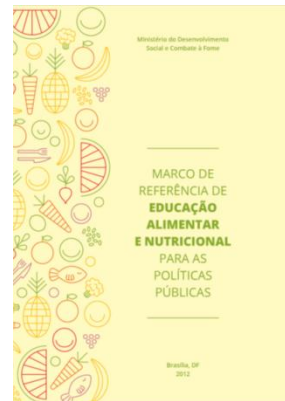
Fonte: FNDE

Elaboração: MDS/SE CAISAN

Destaca-se o processo de **inserção do Pescado na Alimentação Escolar**. O Ministério da Pesca e Aquicultura firmou o Acordo de Cooperação nº 18/2013 visando ampliar a inserção do pescado na Alimentação Escolar, tendo como produto desse Acordo a construção do Grupo Técnico entre MPA/FNDE e a capacitação em novas formas de preparo para mais de 3080 manipuladores de alimentos das escolas públicas e filantrópicas do país, 140 nutricionistas e 40 gestores e colaboradores do Programa de Alimentação Escolar em seis unidades federativas (São Paulo, Santa Catarina, Distrito Federal, Ceará, Pará e Amazonas). O projeto está em fase de planejamento e a execução das atividades nas unidades federativas estão previstas para o segundo semestre de 2015.

3.3. No âmbito do Desenvolvimento Social:

Promover o aumento do acesso a alimentos adequados e saudáveis e a autonomia das pessoas para as práticas alimentares e saudáveis são estratégias fundamentais para a realização do Direito Humano a Alimentação Adequada. A educação alimentar e nutricional (EAN) é uma das principais estratégias para promoção desta autonomia. Dentre as ações prioritárias de governo para o período de 2012 a 2015 (PPA 2012/2015 e PLANSAN 2012/2015) destaca-se a elaboração do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Lançado em novembro de 2012, o Marco tem por objetivo apoiar os diferentes setores do governo em suas ações educativas e formativas, e estabelece conceito, princípios e campos de prática, bem como a agenda pública de EAN. O Guia caracteriza-se como um instrumento de Educação Alimentar e Nutricional alinhado ao Marco que traduz de forma prática os princípios das ações de Educação Alimentar e Nutricional para a população.



Ações para oferta de alimentos saudáveis no escopo do Programa de Aquisição de Alimentos:

- Fomento às compras institucionais de alimentos saudáveis. Estimativa do mercado potencial das compras públicas para a Agricultura Familiar Brasileira (SESAN, 2014), indica o montante de R\$ 1,5 bilhão de reais/ano, podendo esse valor duplicar quando incluído as aquisições de Estados e Municípios. Com isso, entendemos que a Agricultura Familiar, vem atendendo em torno de 23% do mercado potencial de compras públicas no Brasil, estimado entre R\$ 6 e 7 bilhões por ano.
- Qualificação da demanda de alimentos pelas unidades receptoras do programa – lançamento do Manual para oferta de alimentação adequada e saudável, no primeiro semestre de 2014. Serão distribuídos no primeiro semestre de 2015 cerca de 7.000 exemplares para as entidades da rede socioassistencial e equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, no primeiro semestre de 2015. No início de 2015 foi lançado o curso à distância (30h) para apoiar a implementação do manual que encontra-se disponível na rede Ideias na Mesa.



Agenda de Educação Alimentar e Nutricional

- Publicação e reprodução de 24.000 exemplares do **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas**, em 2012, que orienta a realização das ações de EAN. Está prevista a reprodução de 10.000 exemplares para o segundo semestre de 2015.
- Com objetivo de estabelecer mecanismos de **divulgação de boas práticas em EAN nos diversos setores**, o MDS desenvolveu, em parceria com o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (OPSAN/UnB), a **Rede Virtual Ideias na Mesa** (<http://www.ideiasnamesa.unb.br>). Lançada em novembro de 2012, atualmente a rede conta com 5.033 usuários cadastrados, 11.411 curtidas no *facebook*, 131 experiências publicadas, 3 cursos *on line* disponíveis.
- Para fomentar o **desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão de EAN**, o MDS publicou, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Chamada CNPq/MDS-SESAN N.º 027/2012. A chamada investiu R\$ 3 milhões em projetos de



desenvolvimento científico e tecnológico e inovação em Educação Alimentar e Nutricional. Foram selecionados 32 projetos que estão em execução desde outubro de 2014, 144 (cento e quarenta e quatro) instituições de 23 Unidades da Federação enviaram propostas.

- O MDS, em parceria com o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), está desenvolvendo um projeto para contribuir na **qualificação de profissionais nutricionistas que atuam em diversos setores** (saúde, educação, assistência, agricultura) para a implementação do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional; nas compras Institucionais da agricultura familiar e no estímulo ao consumo sustentável de alimentos.
- **Desenvolvimento de estratégias para estimular e favorecer escolhas alimentares adequadas e sustentáveis entre os jovens por meio de mídias sociais**, na perspectiva do consumo alimentar como uma ação política. O projeto é fruto de parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e com apoio da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e de organizações da sociedade civil da juventude.
- Apoio à realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional voltadas às famílias do Programa Bolsa Família através do **curso de aperfeiçoamento (188h) à distância para profissionais e gestores municipais e estaduais que atuam no programa PBF** em parceria com a FIOCRUZ. Serão formados 1.100 profissionais.

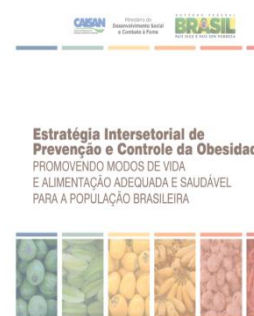


Campanha Brasil Orgânico e Sustentável

- A campanha Brasil Orgânico e Sustentável visa a promoção da alimentação saudável, assim como, a criação de oportunidades e a geração de impactos sociais, ambientais e econômicos decorrentes da inclusão de produtos orgânicos e sustentáveis.
- Em 2014, desenvolveu atividades de promoção da alimentação saudável, como a instalação de quiosques nas cidades sedes da Copa; oferta de 20 mil kits lanches aos voluntários do programa Brasil Voluntário, do Ministério do Esporte e; ações de comunicação. Os resultados alcançados envolveram mais de 60 empreendimentos da agricultura familiar/orgânica que tiveram seus produtos expostos e comercializados nas cinco regiões brasileiras, gerando renda e abertura de novos mercados de comercialização, beneficiando, de maneira direta e indireta, um total de 17.000 famílias, além da grande quantidade de mídia espontânea gerada durante a execução das ações, por meio de distintos canais de comunicação. Todas as ações pretenderam induzir a demanda, qualificar a oferta e sensibilizar os consumidores finais para o consumo de produtos orgânicos e sustentáveis.
- Em 2016, na ocasião das Olimpíadas, a campanha promoverá a alimentação saudável e adequada a partir do desenvolvimento de algumas ações: (1) ampliação da *compra da agricultura familiar para alimentação escolar no município do Rio de Janeiro (parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Solidário)*; (2) *realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no ambiente escolar*; (3) *realização de ações de educação para o consumo saudável junto a sociedade carioca, incluindo, os espaços de feiras livre e* (4) *Promoção da melhoria na infraestrutura de exposição e atendimento ao público do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, além de Trocas de experiências de comercialização e de consumo entre as organizações econômicas da agricultura familiar, os consumidores e os setores da alimentação.*

3.4. Ações Intersetoriais que se relacionam e potencializam o Guia Alimentar da População Brasileira:

- **Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade¹¹:** representa um esforço articulado que reúne diversas ações do governo federal que contribuem para a redução da obesidade no país. Definida por 6 eixos de atuação caracterizados por: (1) Aumentar o acesso a alimentos saudáveis e adequados; (2) promoção de ações de educação, comunicação e informação; (3) Promoção de modos de vidas saudáveis em ambientes específicos como escolas, unidades de saúde e centros de referência de assistência social; (4) Vigilância Alimentar e Nutricional; (5) Atenção Integral à saúde do indivíduo com sobrepeso/obesidade na rede de saúde; (6) regulação e controle da qualidade e inocuidade de alimentos.
- A elaboração da minuta de portaria normativa que institui as **diretrizes de promoção da alimentação adequada e saudável nos órgãos e entidades da administração pública federal, integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC)**, a qual se encontra em tramitação no Ministério do Planejamento;
- **Programa Saúde da Escola (PSE)** - programa intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação, no qual profissionais de saúde e de educação desenvolvem atividades nas escolas, sendo um potencializador das ações de EAN nos territórios. Em 2014 a adesão **ao PSE alcançou 4.787 municípios, atingindo 86,1%** (oitenta e seis vírgula um por cento) da meta do Plano Nacional de Saúde 2012 - 2015. Anualmente acontece a Semana Saúde na Escola. Neste ano, os temas centrais são: **alimentação saudável e práticas corporais e foram mobilizadas cerca de 78 mil escolas** aderidas ao PSE para realização de atividades relacionadas aos temas.
- O Ministério da Saúde tem um Acordo de Cooperação Técnica com a Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) para a **promoção da alimentação saudável nas escolas da rede privada de ensino**. O Acordo resultou na divulgação do manual para cantinas saudáveis, um curso de educação à distância e um site sobre cantinas saudáveis. O site www.cantinassaudaveis.com.br está disponível e se configura em um



¹¹ A Estratégia intersetorial de prevenção e controle da obesidade foi elaborada no âmbito (<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar>) e suas ações dialogam com as ações de promoção da alimentação adequada e saudável definidas no âmbito deste documento. Tem um modelo de gestão governamental intersetorial, por meio de um Comitê Técnico (CT) composto por um conjunto de representantes governamentais, representante do CONSEA e da OPAS/OMS, cujas atribuições são: apoiar a articulação federativa para implementação da Estratégia; monitoramento das ações intersetoriais; apoiar e articular políticas medidas regulatórias relacionadas à obesidade; e induzir iniciativas, no âmbito federal, de promoção de ambientes adequados e saudáveis. Todos os documentos e atas de reuniões do CT estão disponíveis em <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/educacao-alimentar-e-nutricional/estrategia-intersetorial-de-prevencao-e-controle-da-obesidade>. Recentemente orientou o posicionamento da CAISAN sobre o Marco de Ação da 2ª Conferência Internacional de Nutrição, ocorrida em novembro de 2014, em Roma e organizou o evento paralelo na 2ª Conferência Internacional de Nutrição, intitulado "Enfrentando o sobrepeso e a obesidade".

espaço de trocas de experiências e informações para toda a comunidade escolar, sendo oportuno para divulgação do Guia.

- No escopo da alimentação do trabalhador, compreendendo o ambiente de trabalho como espaço importante para se garantir o acesso e a promoção a uma alimentação saudável, a atual Portaria do **Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)** está em processo de revisão e atualização quanto aos **parâmetros nutricionais de acordo com as novas recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira**, buscando contribuir na qualificação da alimentação oferecida bem como fortalecer as ações de **Educação Alimentar e Nutricional (EAN)** no âmbito do programa. A proposta elaborada em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em parceria com o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), deverá ser analisada ainda este ano pelo Comitê Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador (CTPAT), instância deliberativa do PAT que reúne representantes dos trabalhadores, dos empregadores e dos ministérios envolvidos.
- A **regulação da publicidade** de alimentos constitui agenda fundamental no campo da proteção da saúde e do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, em particular para crianças, prevista nas Políticas Nacionais de Alimentação e Nutrição e de Promoção da Saúde, assim como no PLANSAN e no Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Nesse sentido, foi publicada uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) que dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica a crianças e ao adolescente. Ainda em 2006 foi publicada a Lei número 11.265/2006, que dispõe sobre a **comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos (NBCAL)**.
- **Força Tarefa para Avançar os Projetos de Lei na Área da Regulação da Publicidade de Alimentos, Rotulagem e Ambientes.** O grupo reúne representantes do Governo Federal, OPAS, pesquisadores e organizações de defesa do consumidor para discutir estratégias para fomentar a regulação da publicidade de alimentos no Brasil. Em 2014, houve dois encontros do grupo, momentos em que se definiram eixos de ação para definição de normas para a rotulagem voluntária, tendo o rótulo como um veículo de informações ao consumidor, financiamento de pesquisas na área de comunicação e promoção da alimentação saudável ou correlata, ampliação dos espaços de discussão da regulamentação com a sociedade civil e, possivelmente, mecanismos de taxação de alimentos não-saudáveis junto ao Ministério da Fazenda.

3.5. Regulação, controle de qualidade dos alimentos e direito à informação:

- No tocante à reformulação de alimentos processados, desde 2007, o Ministério da Saúde estabeleceu uma cooperação com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA). Iniciou-se, em 2008, a redução das gorduras *trans* nos alimentos industrializados (Declaração do Rio de Janeiro, da OPAS/OMS). E, a partir de 2011, foram firmados quatro termos de compromisso nos quais foram estabelecidas metas de redução nos teores de sódio dos alimentos que mais contribuem para a ingestão deste nutriente. Estimativas preliminares apontam que foram retiradas **1295 toneladas de sódio em 2012 e 1859 toneladas em 2014** somente dos produtos do primeiro termo de compromisso (massas instantâneas, pão de forma e bisnaguinhas) e **serão retiradas mais de 28 mil toneladas até 2020**. Além disso, também para este primeiro termo, observou-se que 95% a 100% dos produtos alcançaram as primeiras metas e que houve reduções nos teores médios de sódio nas categorias entre 10% e 15% em dois anos. Na sequência, reforçando a agenda de

reformulação de alimentos processados está previsto o início da negociação de **metas de redução dos teores de açúcar nos alimentos processados, ainda em 2015.**

- **Rotulagem Geral:** A revisão da Resolução RDC n. 259/2002 (rotulagem geral de alimentos) é considerada pela ANVISA um tema prioritário. Esse tema vem sendo tratado na Comissão de Alimentos do SGT 3 do MERCOSUL desde 2011. Diante das dificuldades no âmbito do MERCOSUL, foi organizado um processo de trabalho para a discussão da posição brasileira. A primeira reunião teve como objetivos contextualizar o processo de revisão do regulamento de rotulagem geral de alimentos e discutir propostas sobre o âmbito de aplicação e os princípios gerais da norma, bem como as definições relacionadas a esses temas. A próxima reunião está agendada para o dia 09/06/2015 e tem como pauta a discussão de propostas sobre informações relacionadas à identificação da natureza, qualidade e rastreabilidade do alimento (ex. denominação de venda, denominação de qualidade, conteúdo líquido, declaração do país de origem, datas em alimentos, instruções de conservação, instruções de preparo, identificação do fabricante, identificação do lote, identificação geográfica e as definições relacionadas a esses temas).
- **GT de Alergênicos:** Com o objetivo de inserir informação sobre alimentos alergênicos nos rótulos de alimentos, está sendo realizado na abrangência do tema da Rotulagem Geral de Alimentos um GT sobre alimentos alergênicos. Entretanto, em virtude da importância do tema para a proteção da saúde dos consumidores e da lentidão das discussões do MERCOSUL, uma proposta de resolução foi submetida à Consulta Pública (CP). Em 2014 foi publicada uma CP com base em revisão sistemática e propostas de diferentes segmentos da sociedade. Em abril de 2015 uma nova CP com o intuito de apresentar a proposta consolidada e de obter subsídios adicionais sobre a matéria.
- **Rotulagem Nutricional:** Em função do acordo firmado no MERCOSUL para revisão do regulamento sobre rotulagem nutricional obrigatória de alimentos e da Recomendação do CONSEA n. 7/2013, a ANVISA publicou a Portaria n. 949/2014, que instituiu um grupo de trabalho (GT) para a elaboração de propostas à rotulagem nutricional de alimentos. Esse GT é composto por representantes de diferentes segmentos da sociedade e visa subsidiar a ANVISA em assuntos técnicos e ou científicos relacionados à rotulagem nutricional; auxiliar na elaboração de uma proposta de revisão dos regulamentos técnicos sobre rotulagem nutricional de alimentos embalados; auxiliar na elaboração de outras propostas regulatórias relacionadas à rotulagem nutricional de alimentos que sejam consideradas necessárias. Foram realizadas duas reuniões para contextualizar o tema e discutir os problemas do modelo atual de rotulagem nutricional.
- **Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA):** No Brasil, ANVISA iniciou em 2001 o monitoramento de resíduos de agrotóxicos e em 2003 criou o PARA. Tal programa permite mapear o uso de agrotóxicos e avaliar se tais produtos estão sendo utilizados obedecendo aos Limites Máximos de Resíduos (LMR) estabelecidos pela ANVISA e nas culturas agrícolas em que são autorizados, e se o uso irregular expõe a população a risco. Atualmente, o Programa coleta amostras em todas as unidades federativas e conta com 4 Laboratórios Centrais de Saúde Pública e 1 laboratório contratado para analisar mais de 4.000 amostras/ano distribuídas entre as 25 culturas agrícolas mais importantes na alimentação do brasileiro.

3.6. Temas relacionados a campanhas e oferta de alimentos adequados e saudáveis:

- **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO):** Para apoiar os processos indutores da transição agroecológica e da produção orgânica e de base ecológica, o governo brasileiro instituiu por meio do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, a Política Nacional de Agroecologia e

Produção Orgânica (PNAPO). Construída em diálogo com os movimentos sociais do campo, da cidade e da floresta que reivindicam modelos de produção sustentáveis, que promovam geração de renda e maior oferta de alimentos saudáveis, a PNAPO tem como instrumento o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) e, como instâncias de gestão, a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO). Organizado em 4 eixos (produção, uso e conservação dos recursos naturais, conhecimento, comercialização e consumo) o Plano reúne programas e ações com previsão orçamentária a serem realizados até 2015, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio. Visando a redução do uso de agrotóxicos e a promoção da agricultura de base agroecológica, foi instituído um Grupo de Trabalho na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) para elaboração do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), o qual está em análise pelos ministérios que compõem a CIAPO.

- **Fomento a Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica em instituições de educação profissional e superior (MAPA):** Os núcleos são centros de referência em agroecologia e produção orgânica com tripla finalidade de contribuir para a educação, pesquisa e extensão dentro das instituições de ensino as quais estão vinculados, bem como junto às comunidades existentes no território onde estão inseridos. Visam contribuir na promoção de sistemas justos e sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos e com a soberania e segurança alimentar e nutricional das comunidades com as quais dialogam e desenvolvem atividades. Trata-se de uma iniciativa incluída na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica que tem prioridade de atuação em áreas de baixo índice de desenvolvimento humano e que inclui a parceria e apoio de várias entidades públicas e da sociedade civil.

- **Campanhas anuais para promoção dos produtos orgânicos (MAPA):**

As campanhas denominadas “Semana do Alimento Orgânico” são realizadas desde 2005. A prioridade é a promoção do consumo responsável e a contribuição para a ampliação do consumo de alimentos orgânicos por toda a população. As campanhas levam para a população urbana a mensagem sobre os sistemas de produção orgânica e seus princípios agroecológicos, mostrando que os mesmos buscam viabilizar a produção de alimentos de forma mais harmônica com a natureza, contribuindo para a saúde de todos e para que haja justiça social em todos os segmentos de sua rede de produção.



- **Campanha de Incentivo ao Consumo de Frutas e verduras (CONAB):** Grupo formado pelo MDS, MS, MAPA, CONAB e ABRACEN executou, em 2013, a 1ª fase da “Campanha de incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras nas CEASAS brasileiras”. Com a adesão de 42 centrais de abastecimento de hortigranjeiros ao projeto, foram realizadas atividades com foco no público interno destes entrepostos de alimentos, objetivando promover a alimentação adequada e saudável. Ressaltou-se, na ocasião, a importância da atuação dos agentes de abastecimento para incentivar o consumo de FLVs pela população. Para a realização da 1ª fase da campanha foram produzidos e distribuídos 80.000 folders, 20.000 cartazes e 4 spots de rádio, além de eventos de lançamento da campanha que ocorreram em diversas CEASAS.



4. Desafios e próximos passos:

É oportuno que os diversos programas e setores do governo discutam suas práticas à luz das novas recomendações do Guia Alimentar da População Brasileira. Há um conjunto de **desafios que dialogam com os obstáculos (informação, oferta, custoⁱ, habilidades culinárias, tempo e publicidade) pautados no próprio Guia Alimentar e que devem ser reconhecidos pelos setores/ ministérios afetos ao tema**. Há também aqueles relacionados a **estratégias de disseminação de mensagens do Guia Alimentar**, como por exemplo:

- **Qualificação dos profissionais** sobre a nova abordagem do Guia é imprescindível para gerar mudanças nas práticas de cuidado e gestão;
- **Educação permanente de gestores e trabalhadores** é também estratégica para implementação de políticas, programas e ações que estejam em consonância com os atuais desafios da SAN e utilizem o Guia como documento norteador;
- Inclusão do conteúdo do **Guia nos cursos de graduação e pós-graduação** na área da saúde é fundamental para que a formação profissional esteja em sintonia com as necessidades sociais e as novas recomendações e princípios do Guia;
- **Desenvolvimento de parcerias**, tanto com outros setores do governo, como com universidades e organizações da sociedade civil para potencializar as ações de PAAS por meio de **campanhas** nos próximos quatro anos.

Destaca-se o momento atual de elaboração do novo Plano Plurianual e do Plano Nacional de SAN que definem as novas prioridades para o próximo quadriênio. Neste contexto, a realização de **Pactos para a alimentação adequada e saudável** junto aos estados e DF, com o objetivo de mobilizar o tema no nível federativo, de forma intersetorial, é oportuno, priorizando as temáticas relacionadas a:

- Tornar o ambiente escolar mais favorável a escolhas alimentares saudáveis por meio de estabelecimento de normas para comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas disponibilizadas um ambiente escolar;
- Conjunto de ações de Educação Alimentar e Nutricional no ambiente da Saúde, Educação e Assistência Social;
- Campanhas de Promoção de Alimentação Saudável e Adequada; e
- Implementação da Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade nos estados e municípios.

ⁱ Embora legumes, verduras e frutas possam ter preço superior ao de alguns alimentos ultraprocessados, o custo total de uma alimentação baseada em alimentos in natura ou minimamente processada ainda é menor no Brasil do que o custo de uma alimentação baseada em alimentos processados.